



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681444 - SP (2021/0227199-9)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : JAMIL CUSTODIO SALOMAO  
**ADVOGADO** : JAMIL CUSTÓDIO SALOMÃO - MG041648  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : BRUNO DA SILVA MARTINS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRUNO DA SILVA MARTINS em que se aponta como autoridade coatora o JUIZO DE DIREITO DA 14ª VARA CRIMINAL DA BARRA FUNDA (Ação Penal n. 1518663-20.2020.8.26.0228).

Narra o impetrante que o paciente está preso preventivamente pela suposta prática do crime de roubo (art. 157 do Código Penal).

Nesta via, o impetrante sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que o acusado é primário, com bons antecedentes e que tem um filho de 6 anos de idade, que depende de seus cuidados.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva imposta ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Preliminarmente, percebe-se a manifesta incompetência do Superior Tribunal de Justiça para análise do presente *mandamus*, uma vez que impetrado contra decisão de autoridade não constante do rol taxativo previsto art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição da República.

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO QUE APONTA COMO AUTORIDADE COATORA JUIZ DE 1º GRAU QUE MANTEVE A PRISÃO CAUTELAR DO PACIENTE. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.**

1. *Tratando-se de insurgência voltada contra ato de Juízo de primeiro grau, é flagrante a incompetência desta Corte Superior de Justiça para processar e julgar originariamente este habeas corpus, ante a não incidência do disposto no art. 105, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal.*

2. *Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg no HC 621817 / SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA Quinta Turma, julgado em 17/11/2020, DJe 23/11/2020)*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, inciso IV, do Regimento

Interno do Superior Tribunal de Justiça, declaro a incompetência do STJ para processar o presente writ, determinando a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, independentemente da publicação, para que adote as providências pertinentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência